



**Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade do Estado do Mato Grosso
Cáceres - Mato Grosso - Brasil**

Revista da Faculdade de Educação - Vol. 41, (Jan/Dez) de 2025
ISSN: 2178-7476



AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR PARA ALÉM DO ACESSO: UM RETRATO DA PRIMEIRA DÉCADA (2012-2022)

AFFIRMATIVE ACTIONS IN HIGHER EDUCATION BEYOND ACCESS: A PORTRAIT OF THE FIRST DECADE (2012-2022)

Karina Almeida de Sousa

Doutora em Sociologia, professora do magistério superior na Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
<https://orcid.org/0000-0002-2552-2046>
E-mail: ka.sousa@ufma.br

Paulo Alberto dos Santos Vieira

Doutor em Sociologia, professor do magistério superior na Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT)
<https://orcid.org/0000-0003-1894-9954>
E-mail: vieira.paulo@unemat.br;

Resumo: Considera-se a primeira década de políticas de ação afirmativa no ensino superior, aquela cujo marco é a Lei 12.711/12- que tornou obrigatório a incidência de cotas étnico-raciais nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Sem desconsiderar a implementação de distintos modelos de políticas de ação afirmativa entre 2002 e 2012, este texto tem por objetivo apresentar um retrato analítico destas políticas, a partir da mencionada legislação, tendo como especificidade o processo de reconstituição do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), criado no ano de 2007, percorrer o período que antecede a aprovação da Lei 12.711/12, marcado pela aprovação da Lei 10.639/03 até o ano de 2021, quando o curso em questão completou 15 anos.

Palavras-chave: ação afirmativa, Lei 12.711/12, ensino superior, Licenciatura em Ciências Sociais, UFTN

Abstract: The first decade of affirmative action policies in higher education is considered, the one whose milestone is Law 12.711/12 - which made the incidence of ethnic-racial quotas mandatory in Federal Higher Education Institutions (IFES). Without disregarding the implementation of different models of affirmative action policies between 2002 and 2012, this text aims to present an analytical portrait of these policies, based on the aforementioned legislation, having as a specificity the process of reconstitution of the Bachelor's Degree in Social Sciences at the Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), created in 2007, covering the period preceding the approval of Law 12.711/12, marked by the approval of Law 10.639/03 until the year 2021, when the course in question completed 15 years.

Key-words: affirmative action, Law 12.711/12, higher education, bachelor's degree in social sciences, UFTN

1. Introdução

O artigo tem por objetivo analisar, sob o prisma sociológico, o cenário nacional das políticas de ações afirmativas em Instituições de Ensino Superior após à sanção presidencial da Lei 12.711/12. As análises apresentadas buscaram compreender as políticas de ação afirmativa no ensino superior para além da dimensão do acesso aos cursos de graduação, principal foco da lei supracitada. Nesse sentido, buscou-se, a partir da reconstituição do curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), criado no ano de 2007, percorrer o período que antecede a aprovação da Lei 12.711/12, marcado pela aprovação da Lei 10.639/03 até o ano de 2021, quando o curso em questão completou 15 anos, dialogando assim com o que nomeamos enquanto primeira década das ações afirmativas (2012 e 2022). Ademais, o tema das políticas de ação afirmativa enraizou-se de tal maneira nas políticas educacionais no Brasil bem como em outras políticas que progressivamente passam a ser sensíveis aos recortes étnico-raciais que compreender sua dinâmica pode auxiliar a problematizar as relações raciais em um país multiétnico e multirracial como é o caso do Brasil.

A Lei 10.639/03 alterou o currículo, consequentemente a formação de professores e o perfil dos cursos de graduação, particularmente, das licenciaturas. A Lei 12.711/12 alterou, por sua vez, o perfil dos e das ingressantes do ensino superior público, o que inclui o curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFNT, objeto de análise deste artigo. Nossa proposta central buscou articular as dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão voltadas à questão étnico-racial no curso supracitado. Para isso propomos um levantamento da produção¹, das disciplinas ofertadas e dos trabalhos de conclusão de cursos desenvolvidos no âmbito da licenciatura e de seus docentes no período de 2007 a 2021. Essa contribuição foi mapeada a partir dos documentos oficiais do curso, como os PPPs (2008 e 2016), dos grupos de pesquisa cadastrados no diretório de grupos de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), dos núcleos de pesquisa e extensão, do desenvolvimento de iniciativas vinculadas a projetos de extensão e ainda pela produção de trabalhos de conclusão de curso no tema².

O primeiro ciclo de expansão do ensino superior brasileiro coincide com o governo militar (entre 1964 e 1980), com um significativo aumento de vagas. O segundo ciclo corresponde ao início da década de 1990 até meados dos anos de 2010 (Tomás; Silveira, 2021, p. 150). Essa expansão pode ser compreendida em pelo menos dois princípios centrais, um quantitativo e um segundo qualitativo. O primeiro trata do aumento quantitativo do número de instituições públicas de ensino e da ampliação do número de vagas ofertadas pelas instituições preexistentes. O segundo, da alteração do perfil

1 O levantamento tomou como parâmetro as seguintes palavras-chave: raça, raciais, negro, educação para as relações étnico-raciais, diáspora, racismo, discriminação racial, negra, quilombolas, quilombos. Estes foram adotados como termos de busca sempre que se fez necessário o acesso a algum banco de dados.

2 Importa indicar que este trabalho não se encerra aqui, podendo apresentar lacunas tanto relacionadas às atividades em si, quanto àqueles/as responsáveis pelo desenvolvimento destas.

discente e subsequentemente do perfil docente.

A Universidade Federal do Tocantins, que desde 2020 foi desmembrada, dando origem à Universidade Federal do Norte Tocantins (UFNT)- foco da análise proposta no artigo-surge no cenário de expansão do ensino superior brasileiro em diálogo com o contexto acima mencionado. Nos anos 2000 foi aprovada a criação³ da UFT, sendo o ano de 2003 o primeiro ano de implementação da referida universidade. Nesse momento, a UFT⁴ incorporou mais de 5 mil alunos, 25 cursos de graduação, um mestrado, equipamentos e infraestrutura física dos campus já existentes⁵ da então Universidade Estadual do Tocantins (Unitins). Após alguns anos de atuação, um novo processo de desmembramento deu origem a UFNT⁶. Esse processo foi, particularmente, mobilizado por estudantes, professores, técnicos administrativos e representantes da população com o objetivo de atender as demandas do centro-norte tocantinense naquilo que se referia as demandas regionais pela implementação de uma nova universidade.

Enquanto em um primeiro momento, podemos afirmar que o primeiro ciclo de expansão do ensino superior se deu a partir da expansão do número de vagas, de cursos e de universidades, contexto segundo o qual a UFT, e posteriormente a UFNT, foram criadas, o segundo ciclo de expansão foi marcado por transformações políticas e sociais, tais como a universalização do ensino, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério/ Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundef-Fundeb), a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) e a criação dos centros universitários (Tomás; Silveira, 2021). Os anos 2000 são atravessados por medidas que representaram um importante incremento na expansão qualitativa do ensino superior, tais como: i) em 2005, foi aprovado o Programa Universidade para Todos (PROUNI), programa governamental de bolsas de estudos para estudantes dos estratos socioeconômicos de baixa renda em instituições privadas; (ii) em 24 de abril de 2007, pelo Decreto nº 6.096, foi instituído o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - Reuni, que tinha como objetivo expandir o acesso e a permanência no ensino superior; e (iii) em 2012, as políticas de ações afirmativas foram aprovadas, com o objetivo de aumentar o número de estudantes de níveis socioeconômicos menos privilegiados, provenientes de escolas públicas, e de pretos, pardos e indígenas nas universidades federais (Tomás; Silveira, 2021, p. 151).

As medidas supracitadas ampliaram qualitativa e quantitativamente o número de vagas no ensino superior público e privado. Além dessa expansão, outra medida será destacada para fins desta

3 A Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, aprovada pelo Congresso Nacional, cria a Universidade Federal do Tocantins (UFT). Embora criada nos anos 2000, a implementação efetiva da IE se deu em maio de 2003 com a posse dos primeiros professores e a incorporação de todos os cursos de graduação e do curso de mestrado em Ciências do Ambiente da Unitins, bem como a absorção dos mais de oito mil alunos.

4 No ano de 2025 a UFT conta com 5.623 alunos matriculados e 112 cursos em atividade, incluindo cursos de licenciatura, bacharelado, tecnólogos, mestrados e doutorados.

5 A UFT surge como uma universidade multicampi, estando presente nas duas mesorregiões do Estado do Tocantins, nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis.

6 Criada a partir da Lei 13.856/2019 com o desmembramento dos câmpus de Araguaína e Tocantinópolis da UFT. No momento a universidade conta com 27 cursos, entre graduação e pós-graduação.

reflexão: (iv) aprovação em janeiro de 2003 da Lei 10.639/03. A referida Lei, seguida de seu Parecer⁷ e de suas diretrizes, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), ao alterar a LDB, incorpora demandas presentes nos movimentos negros e em uma parcela da academia, a partir dos intelectuais negros - entendo aqui intelectuais no sentido ampliado do termo, compreendendo articuladores, artistas, músicos, produtores culturais, griôs, mas também aqueles que de algum modo se fizeram presentes, por mais ou menos tempo, ou discutiram prontamente a partir das universidades e/ou faculdades.

A referência à expansão em duas vias - quantitativa e qualitativa - parte da tese de que, além da expansão efetiva do número de vagas, há uma transformação relativa no perfil da(s) ingressantes. Essa mudança se deve, particularmente, a duas leis- Lei 12.711/2012⁸ e Lei 10.639/2003- que asseguram, a primeira, a diversidade no acesso ao ensino superior a partir do estabelecimento de ações afirmativas para estudantes oriundos de escolas públicas, pobres e negros (pretos e pardos), associada à Lei 10.639, que garante a inserção no âmbito do currículo de temas relativos à história e cultura afro-brasileira e africana em todos os níveis educacionais.

Agentes e organizações negras, sejam eles de caráter cultural, político, recreativo ou educacional, orientam suas iniciativas para o campo educacional mesmo antes da emergência do Movimento Negro Unificado (MNU) (Gomes, 2017). Segundo Cosentino (2005, p. 45), “a educação constituiu-se para o movimento negro em elemento central de mobilização, um valor que estrutura sua ação desde as primeiras organizações negras”. As organizações negras articulam uma visão ampliada da educação, que engloba a educação formal, regida pelas políticas públicas educacionais, mas também uma compreensão que integra educação, cultura, política, estética e representação.

Nesse sentido destacamos alguns dos elementos expressam a relação entre a ação política-cultural do associativismo e dos intelectuais negros relativas à educação. A linha do tempo destaca a luta dos negros no Brasil e na América a partir de três momentos- a fase da reivindicação, a fase da negociação e, por fim, a fase da reescrita e ressignificação.

7 O Parecer CNE/CP 003/2004, 10 de março de 2004 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

8 No ano de 2023 a lei 12.711 foi rediscutida passando a incorporar algumas alterações, tais como: os candidatos concorrerão às vagas reservadas pelo programa de cotas, que são 50% do total, apenas se não alcançarem as notas para ingresso às vagas de ampla concorrência; estabelecer prioridade para cotistas em situação de vulnerabilidade social no recebimento de auxílio estudantil. Além disso, reduz de um e meio para um salário-mínimo a renda per capita familiar máxima do estudante candidato ao ingresso pelas cotas por ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Fonte: Agência Senado

Quadro 1 - Ações de combate ao racismo na educação no Brasil

Ano	Evento	Descrição
1945	Convenção Nacional do Negro Brasileiro	A Convenção lançou o Manifesto À Educação Brasileira, reivindicando que a nova carta magna explicitasse a origem étnica do povo brasileiro, definisse o racismo como crime de lesa-pátria e punisse a sua prática como crime.
1950	Primeiro Congresso do Negro Brasileiro	O Congresso elegeu na declaração final pautas ao Estado brasileiro: o estudo da história do continente africano e a luta dos negros no Brasil.
1950	Conferência Geral da ONU	A conferência escolheu o Brasil para uma investigação-piloto de contatos entre raças ou etnias, com o objetivo de determinar os fatores econômicos, políticos, culturais e psicológicos favoráveis ou não às relações harmoniosas entre raças.
1987	Convenção Nacional do Negro pela Constituinte	A convenção dirigiu aos membros da Assembleia Nacional Constituinte reivindicações, entre outras, de obrigatoriedade do ensino de história da África e do negro no Brasil em todos os níveis da educação.
1995	Marcha Zumbi dos Palmares	O programa de ação da marcha enfatizou a cultura homogeneizadora e eurocêntrica da educação brasileira e a necessidade de revisão dos conteúdos curriculares, a fim de contemplar o respeito e o reconhecimento da diversidade.
2001	Participação da delegação brasileira na Conferência Mundial, em Durban, África do Sul	Este evento influenciou positivamente a percepção da comunidade internacional sobre o comprometimento do Brasil em relação à promoção dos direitos humanos. O país projetou-se globalmente como vanguarda na defesa do combate à discriminação contra minorias.
2003	Aprovação da Lei 10.639	A lei alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio de todo o país.
2004	Aprovação da Resolução n.1 e Parecer n.3	Os documentos do Ministério da Educação estabeleceram as chamadas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
2004	Criação do Museu Afro Brasil	O museu, criado por seu curador, Emanoel Araújo, foi pensado como uma instituição voltada ao estudo das contribuições africanas à cultura nacional. Desde 2009, o museu transformou-se em uma instituição pública, vinculada à Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo.
2012	Aprovação da Lei de Cotas	A Lei n.12.711 garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades e institutos federais. As vagas reservadas às cotas foram subdivididas para estudantes de escolas públicas com recorte de renda por capita e autodeclarados pretos, pardos e indígenas.
2016	Aprovação da Portaria MEC n13/2016	A portaria dispôs sobre a indução de políticas de ações afirmativas voltadas para negros, indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação. O texto considerou o Estatuto da Igualdade Racial, a constitucionalidade atribuída às ações afirmativas pelo Supremo Tribunal Federal e a Lei de Cotas.

Fonte: Adaptação da linha do tempo elaborada por Silvério e Cosentino (2021)⁹

A aprovação da Lei 10.639/03, somada às Diretrizes Curriculares Nacionais, documento que apresenta os temas e orienta a implementação da lei, e ainda do Plano de Nacional de Implementação

⁹ Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/A%C3%A7%C3%85es-de-combate-ao-racismo-na-educa%C3%A7%C3%A3o-no-Brasil> Acesso em: 24 maio 2022

da Lei, indica uma das principais inflexões quando se trata de políticas públicas para educação e equidade na configuração do Estado-nacional. A lei, demandada por grupos e coletivos negros, não apenas reconhece a existência de uma história e cultura africana, como também a construção de uma *nação afro-brasileira*. Reconhecendo, ao fim, a escravização dos negros africanos, constitui mais do que um elemento do passado violento e desigual, outrrossim, compõe parte da formação histórica, cultural e econômica do país.

Ao tornar obrigatório o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira o Estado brasileiro reconhece o *continuum* da presença negra no Brasil, a partir da articulação de elementos identificáveis e constituintes da diáspora africana. Reconhece-se a formação de uma identidade nacional hifenizada em oposição à nação homogênea produzida por meio da síntese entre elementos africanos, indígenas e europeus. Esta última perde sua totalidade explicativa ao ser contrastada com novas formas de constituição identitária.

A primeira década do século XXI foi intensamente marcada pelo debate da necessidade, da validade, da constitucionalidade e do impacto da possível adoção das políticas de ações afirmativas destinadas a estudantes de baixa renda e negros (pretos e pardos). Resgatando parte desses debates vale a pena destacar dois manifestos elaborados e subscritos por membros da sociedade civil: (1) manifesto contra cotas (2006) e o (2) manifesto pro-cotas (2008)¹⁰. Os manifestos exemplificam o intenso debate que ocupou a cena pública na primeira década daquele século. Naquele momento os argumentos, de modo geral, concentravam-se em dois elementos, a institucionalidade e os sentidos atribuídos à adoção de cotas com recorte étnico-racial para o ingresso no ensino superior no país da “democracia racial”. Em 2022 a Lei 12.711/2012 completou sua primeira década, e conforme previsto no texto aprovado passou pela primeira avaliação de sua implementação. Mais uma vez a sociedade civil, líderes políticos e de movimentos sociais, assim como intelectuais e organizações negras, têm se articulado a fim de garantir a continuidade da política.

A (re)educação para as relações étnico-raciais (ERER) propulsionada pela aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações étnico-raciais, para além do impacto nos currículos, ocasionou a demanda pela organização e implementação de curso de formação de professores na temática. Cursos na modalidade ERER contaram com a articulação de movimentos sociais, ativistas e intelectuais negros, grupos e núcleos de pesquisas voltados à temática. Dessa forma desenhou pelo país diversas iniciativas voltadas à formação de professores da educação básica.

10 A íntegra dos dois manifestos encontra-se disponível no link: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/educacao/ult305u18773.shtml> Acesso em: 11 de julho de 2022

2. A Licenciatura em Ciências Sociais no Bico do Papagaio-TO

A microrregião do Bico do Papagaio é composta por municípios localizados ao extremo norte do estado do Tocantins, com fronteiras terrestres estabelecidas entre os estados do Pará e Maranhão. O Bico do Papagaio é constituído por 25 municípios¹¹, distribuídos por três regiões administrativas: Região I- Araguatins, formada por cinco municípios; Região II- Augustinópolis, composta por oito municípios; Região III-Tocantinópolis, constituída por 10 municípios.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a microrregião conta com 196.367 habitantes, distribuídos em 15.767,97 km². Sua população ocupa, majoritariamente, as áreas urbanas, no entanto, a parcela residente nas áreas rurais é significativa quando comparada à urbana, representando 66.516 habitantes. Essa característica dialoga com o histórico de ocupação do território e as principais fontes de geração de renda e produção, a agricultura familiar, a pecuária extensiva e o agronegócio (em plena expansão), além de atividades extrativistas, como do coco babaçu. Segundo os dados do Censo Demográfico, de 2000 e 2010, observa-se um aumento populacional de 12,83% em relação à população urbana e 5,36% da população rural.

A microrregião vivencia conflitos agrários e por recursos naturais, circunscritos pela presença de populações indígenas, quilombolas, negros, ribeirinhos (Lopes, 2020). O projeto de ocupação e desenvolvimento econômico mais recente tem sido descrito pelo acrônimo MATOPIBA, que representa as iniciais dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A região tem sido apresentada como a última área de expansão agrícola brasileira (do agronegócio). Além disso, foi palco de conflitos civis e políticos com ações do exército durante a Ditadura Militar. A Guerrilha foi um movimento político organizado e autogerido por civis situada ao norte do Tocantins, sul e sudeste do Pará e oeste do Maranhão.

O histórico das atividades desenvolvidas no Centro de Educação, Humanidade e Saúde (CEHS), antigo Campus Universitário de Tocantinópolis, relaciona-se às atividades de ensino e extensão. As atividades de pesquisa promovidas por programas de pós-graduação são mais recentes e vinculam-se majoritariamente, no âmbito da UFNT, ao campus sede, localizado na cidade de Araguaína-TO. O CEHS tem implementado cursos de especialização voltados à formação de professores¹².

Segundo Lopes (2020) entre os 196.367 habitantes da região, 7.201 correspondem a agricultores familiares, 5.732 representam famílias assentadas pela reforma agrária. A população nativa da etnia Apinaye corresponde a 2.277 habitantes (SIASI/SESAI, 2014). O grupo étnico teve seu território reconhecido e demarcado no ano de 1985, correspondendo a 141.904 hectares entre os municípios de Tocantinópolis, Maurilândia do Tocantins, Cachoeirinha e São Bento do Tocantins. O município sede do curso possui aproximadamente 55% do seu território reconhecido como terra indígena Apinaye.

11 Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis.

12 Segundo a página oficial do Centro, foram ofertados até o momento dois cursos de pós-graduação, no nível Especialização, a Especialização em Gestão e Organização do Trabalho Escolar e Especialização em Educação Infantil. Mais informações disponíveis em: <https://ww2.uft.edu.br/index.php/tocantinopolis/cursos-tocantinopolis>. Acesso em: 11 de julho de 2022.

O contexto de formação político-social-cultural da região nos interessa à medida que não apenas orienta as formas de ser e de constituir as políticas e o cotidiano institucional, como também informa a relação da população com as instituições. O reconhecimento da vocação da instituição perpassa seus desafios, seu público-alvo e as demandas locais. Nesse sentido, é possível afirmar que a UFT, recentemente desmembrada para a criação da UFNT, pode ser entendida em seu aspecto regional naquilo que informa o histórico de constituição do Bico do Papagaio e da Amazônia Legal.

O histórico das atividades desenvolvidas no Centro de Educação, Humanidade e Saúde (CEHS), antigo Campus Universitário de Tocantinópolis, relaciona-se às atividades de ensino, pesquisa e extensão. As atividades de pesquisa promovidas por programas de pós-graduação são mais recentes e vinculam-se majoritariamente, no âmbito da UFNT, ao campus sede, localizado na cidade de Araguaína-TO. O CEHS tem implementado cursos de especialização voltados à formação de professores¹³. Apesar do curso de Ciências Sociais não possuir cursos de pós-graduação vinculados, tem entre o corpo docente professores/as vinculados a programas de pós-graduação na região norte e nordeste, e ainda tem acompanhado o significativo crescimento do número de egressos vinculados a programas de pós-graduação por todo o país.

O primeiro Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso resgata o histórico de formação do curso, com destaque para o reconhecimento de que este é o primeiro curso de Ciências Sociais do estado do Tocantins. A implementação do curso representou parte do projeto de consolidação do antigo Centro de Formação Docente, posteriormente, incorporado pela Universidade do Estado do Tocantins (Unitins). Segundo a professora Maria José Pinho (2004, *apud* Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais, Campus de Porto Nacional, 2014, p.19):

Em 24 de outubro de 1991, a Universidade se transformou em autarquia por força da lei nº 326/91, incorporando à sua estrutura a Faculdade de Filosofia do Norte Goiano localizada na cidade de Porto Nacional e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras em Araguaína. Foram criados, nesse período, os centros universitários de Palmas, Paraíso e Miracema. Os centros de extensão transformaram-se em Centros Integrados. Ainda na década de 1990, a instituição foi reestruturada pela lei nº 872/96, a qual definiu o processo de extinção da autarquia e a criação da Fundação Universidade do Tocantins, como instituição pública de direito privado. Através da lei nº 1.042/98, foi ampliado o prazo de extinção da autarquia por um período de oito anos, definindo-se a transferência gradativa dos bens móveis e imóveis da autarquia para a Fundação Universidade do Tocantins, tendo por foro a cidade de Palmas, capital do Estado.

Ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais coube como desafio atuar na formação de estudantes e futuros profissionais capazes de interpretar a realidade social. Orientada por esse desafio, observo no tópico seguinte as atividades desenvolvidas no âmbito do curso voltadas ao reconhecimento da importância e a valorização afirmativa da população negra e de sua história e cultura, bem como dos sujeitos negros na construção e vivência do ensino superior.

Um retrato da Licenciatura em Ciências Sociais sob a ótica do debate étnico-racial

13 Segundo a página oficial do Centro, foram ofertados até o momento dois cursos de pós-graduação, no nível Especialização, a Especialização em Gestão e Organização do Trabalho Escolar e Especialização em Educação Infantil. Mais informações disponíveis em: <https://www2.uft.edu.br/index.php/tocantinopolis/cursos-tocantinopolis>. Acesso em: 06 de março de 2025.

Uma busca detalhada a partir das produções realizadas pelo corpo docente e discente demonstrou, para além de dados efetivos da contribuição do curso para a região Tocatina um potencial de orientar e inspirar novas atividades, além de contribuir com o histórico do curso e o registro de suas atividades.

A primeira dimensão destacada por nós refere-se à inclusão de temas relacionados à história e à cultura afro-brasileira e africana no currículo. A partir de demandas do próprio corpo docente, criaram-se estratégias voltadas à implementação da referida lei. No primeiro momento essa implementação se deu sem que houvesse uma revisão geral do PPP, desse modo, o conjunto de docentes optou pela inserção de uma disciplina em caráter optativo, implementada no ano de 2013. Guardados os debates internos ao curso e à instituição, a adequação da proposta curricular buscou atender a um amplo movimento de revisão dos currículos dos cursos de graduação, particularmente focado nos cursos de licenciatura. Naquele momento foi inserida a disciplina História da África e Cultura Afro-Brasileira, cuja a ementa indicava o seguinte debate:

Apresentar algumas produções acadêmicas sobre o conhecimento historiográfico do continente africano, apresentar novas formas de se pensar as construções de mundo existentes naquele continente ao longo do tempo. Também vamos levar nossas discussões para a vinda dos africanos para o Brasil e suas contribuições durante o período escravista e republicano, chegando até nossa contemporaneidade (Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais- UFT, 2013).

O PPP do curso, criado no ano de 2007, passou por uma revisão substancial no ano de 2016, seguida por uma segunda revisão no ano de 2022. No período de 2014 a 2015 os docentes vinculados ao curso e ao Núcleo Docente Estruturante (NDE) reuniram-se a fim de elaborar a revisão e adequação curricular, aprovada e implementada a partir de 2016. A partir desse momento, foi inserida em caráter obrigatório a disciplina “Estudos sobre África e Brasil-África”, atendendo dessa forma a lei que passou a ser implementada, em sua obrigatoriedade, nos cursos de licenciatura pela UFT. A implementação teve como objetivo garantir a formação mínima necessária aos futuros professores da educação básica e, assim, viabilizar a presença qualificada no debate nessa etapa da formação. O PPP atual possui quatro disciplinas em que pelo menos uma das palavras-chave que orientaram o levantamento está contemplada. Essas disciplinas estão organizadas no quadro abaixo, a partir da sua ementa, dos objetivos, do perfil e da carga horária conforme consta no PPP.

Quadro 2- Relações Étnico-raciais no ementário da Licenciatura em Ciências Sociais, 2016-2022

Disciplina	Ementa	Objetivos	Perfil	Carga horária
Antropologia I	A Antropologia como saber acadêmico. Formação de uma literatura “etnográfica” sobre a diversidade cultural. Evolucionismo e o etnocentrismo. Escola Difusão, Escola Americana e a experiência da relativização. Os debates sobre o evolucionismo no Brasil.	Possibilitar ao aluno/a conhecimentos introdutórios em Antropologia, estabelecendo perspectivas para o aprofundamento de certos instrumentos teóricos e metodológicos da reflexão antropológica.	obrigatória	60h
Relações Raciais no Brasil	A categoria “raça” nas ciências. A questão racial como objeto e reflexão sociológica. O pensamento social brasileiro e a questão racial. Interseccionalidades e a reflexão sobre a “diferença”.	Apresentar o debate sobre o conceito raça nas ciências apontado para sua construção sócio-histórica bem como suas interpretações sociológicas contemporâneas. Discutir a interface da categoria raça com outras, como classe, gênero e sexualidade.	optativa	60h
Estudos sobre África e Brasil-África	Conhecimento historiográfico do continente africano. Diáspora africana. Contribuições da história e cultura africana no Brasil.	Discutir as matrizes historiográficas para a produção de uma História sobre o continente africano, ou mesmo sobre as possíveis “Áfricas”, caminhando para a chegada dos africanos no Brasil e suas contribuições históricas aqui produzidas.	obrigatória	60h teórica 15 prática
Sociologia Brasileira	Cultura e Sociedade no Brasil. Formação e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. As análises de caráter científico da sociologia brasileira. Leituras sobre a configuração social brasileira. O modo brasileiro de fazer sociologia.	Identificar e conhecer o processo de sistematização do conhecimento sociológico sobre o Brasil.	Optativa	60h

Fonte: Adaptação elaborada pelos autores a partir do Projeto Político Pedagógico do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, 2016.

Dentre as atividades de ensino desenvolvidas no âmbito da Licenciatura em Ciências Sociais merece destaque também o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID). O projeto¹⁴ foi desenvolvido durante os anos de 2014 a 2018. O PIBID/Ciências Sociais foi desenvolvido em parceria com duas unidades escolares com sede no município de Tocantinópolis: o Colégio Girassol de Tempo Integral Deputado Darci Marinho e o Colégio José Carneiro de Brito. O objetivo geral do programa foi o desenvolvimento de ações para o ensino de Sociologia na educação básica, a partir de atividades de cunho teórico e práticas que envolveram desde estudos sistemáticos sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). A partir de setembro de 2014¹⁵, o programa alinhou esse objetivo ao Parecer do Conselho Nacional de Educação nº 03, de 10 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O parecer orienta a formação relativa à diversidade e à diferença na educação. Somada a essa discussão o projeto tratou de temas como desigualdade racial, questões étnicas, gênero e sexualidade.

Considerando as atividades desenvolvidas no período de 09/2014 a 02/2016 destacamos reuniões semanais do Grupo de Estudos sobre Raça e Temas Educacionais (GERTE)¹⁶ voltadas à formação teórica sobre o tema, reuniões de planejamento e desenvolvimento de ações, dentre as quais destacam-se as seguintes ações de intervenção realizadas nos colégios parceiros: Organização e apoio na realização de peça teatral em alusão ao Dia da Consciência Negra, roda de conversa “Racismo e Futebol”, exposição de fotos “Pérolas Negras”, exposição de fotos “Negritude em Tocantinópolis”, caminhada em alusão ao “20 de Novembro”, palestra “Bullying é preconceito? Reflexões sobre a discriminação racial no ambiente escolar.

No que se refere às atividades de pesquisa, o curso de Ciências Sociais tem desenvolvido uma significativa contribuição ao campo, a partir da formação do corpo discente e docente em temas relevantes à questão étnico-racial, como observado no quadro anterior. Dentre eles, destacam-se os grupos e linhas de pesquisa, cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa no CNPq. O Quadro trés descreve os grupos, com suas respectivas coordenações e equipe. Além da formação nas temáticas indicadas pelas palavras-chave é importante destacar a presença de discentes de graduação no desenvolvimento das atividades dos grupos. A experiência nos grupos de pesquisa tem demonstrado no cotidiano da formação um diferencial importante para os discentes, tanto no que se relaciona ao aprimoramento das habilidades de leitura, escrita e compreensão de textos acadêmicos, como no incentivo à inserção profissional por meio da participação em congresso, nacionais e regionais, na produção de banners e artigos e ainda do ingresso em programas de pós-graduação.

14 O programa teve como coordenadores/as os/as seguintes docentes: Profª. Liza Aparecida Brasílio, Karina Almeida de Sousa, César Alessandro Sagrillo e Wellington da Silva Conceição.

15 No período supracitado o programa esteve sob coordenação da docente Karina Sousa.

16 O GERTE foi liderado pela professora Karina Sousa, desenvolveu atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da UFT, Campus Tocantinópolis no período de 2014 a 2016. O grupo foi desativado devido ao afastamento para qualificação gozado por sua coordenadora durante o período de 2016 a 2019.

Dentre os grupos listados, alguns não se encontram em efetivo exercício. O fato se deve à mobilidade do corpo docente, parte do cenário do curso e do campus. No ano de 2022 encontram-se em atividade cinco grupos, conforme o quadro abaixo.

Quadro 3 - Grupos de Pesquisa cadastrados no diretório do CNPq

Líder	Título	Linhas de Pesquisa	Área
Profª. Drª. Mariane da Silva Pisani	ANTROPOS- Grupo de Pesquisas em Antropologia Social e Interseccionalidades	Antropologia Audiovisual, Arte e Educação; Antropologia das Práticas Esportivas e de Lazer; Marcadores Sociais da Diferença	Antropologia
Profª. Drª. Karina Almeida de Sousa	Diáspora Africana e Culturas Afroadiaspóricas	Diáspora Africana, Ideias e Práticas Culturais; Patrimônio, Memória e Diáspora Africana; Políticas Públicas Educacionais e o Debate Étnico-racial	Sociologia
Profª. Drª. Karina Almeida de Sousa	Grupo de Estudos sobre Raça e Temas Educacionais (GERTE)	---	Sociologia
Profª. Drª. Rejane Cleide Medeiros de Almeida	Grupo de Pesquisa-Agroecologia e Nova Cartografia Social	Agroecologia e Educação Ambiental; Agroecologia, Nova cartografia social; Cartografia social, povos e comunidades tradicionais; cultura no/do campo; Educação do campo e formação de professores	Sociologia

Fonte: Elaborado pelos autores.

Líder	Título	Linhas de Pesquisa	Área
Profª. Drª. Rita de Cássia Domingues Lopes e Prof. Dr. João Batista de Jesus Félix	Cultura, Educação e Política: patrimônios, tecnologias, ruralidades e gestão	Cineclube e educação; Criação, implementação e avaliação de políticas públicas setoriais; Educação e estágio; Educação e Política; Educação e Ruralidades; Educação e Tecnologia; Educação, gênero e sexualidades; Memória política, partidos políticos e ditadura militar; Sociedades, culturas e naturezas no norte e nordeste do Brasil	Educação

Fonte: Elaborado pelos autores.

O CHS conta também com o mais antigo núcleo de estudos sobre relações étnico-raciais da UFT/UFNT, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares da África e dos Afro-Brasileiros (Neaf). O Neaf foi idealizado, e tem entre seus fundadores e membros mais antigos o professor João Batista de Jesus Felix, docente vinculado à Licenciatura em Ciências Sociais. Atualmente discentes e docentes do curso também integram o núcleo, entre eles, destacamos a professora Rita de Cássia Domingues.

O núcleo teve sua origem, segundo histórico disponível no seu sítio, no dia 21 de março de

2011¹⁷ e foi integrado ao organograma da universidade no ano de 2014, passando então a ocupar uma instância oficial da UFNT/UFT. Além de desenvolver atividades voltadas à pesquisa, contando com reuniões frequentes de grupos de estudos e orientações de estudantes na temática, o Neaf contribui substancialmente para as atividades de extensão voltadas à questão étnico-racial na universidade. Entre as inúmeras atividades desenvolvidas pelo núcleo, destaco duas, a Semana da Consciência Negra, que no ano de 2021 teve sua XIV edição, e a palestra anual realizada em alusão ao Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial.

Seguindo no âmbito das atividades de pesquisa, considerando as palavras-chave supracitadas no início deste tópico, apresento no quadro abaixo as pesquisas registradas no sistema de gerenciamento de pesquisas universitárias da UFNT. Dessa feita, seguem algumas informações sobre os projetos finalizados ou em andamento no âmbito do curso.

Quadro 4 - Projetos de pesquisa coordenados por docentes do curso

Coordenador/a Geral	Equipe	Título	Palavras-chave	Período
Prof. Dr. João Batista de Jesus Félix	—	Relações Étnico-raciais urbanas	Cultura, raça, etnia	2008-2012
Prof. Dr. João Batista de Jesus Félix	Elvo Araújo de Sousa	Movimento Hip Hop e juventude negra	Cultura, identidade, raça	2015-2018
Profª. Dra. Karina Almeida de Sousa	—	Clubes Sociais Negros: associativismos negros na região sudeste a partir da Primeira República (1889-1930)	Associativismo negro, clubes sociais, relações raciais	2016-2020
Profª. Dra. Karina Almeida de Sousa	Ana Lívia dos Santos Silva Marisa da Silva Araújo Thayla Andressa Carneiro Nascimento	Articulações entre estética e política na diáspora africana nas Américas	Corpo, estética, diáspora africana	2020-2021
Profª. Dra. Mariane da Silva Pisani	Juliéverson Messias de Carvalho; Suellem de Jesus Pereira; Maisa Marinho Dias; Fernanda Ribeiro Pereira; Edglesya Sousa Silva;	Leituras em marcadores sociais da diferença e suas interseccionalidades: questões de gênero, raça e etnicidade, corpo e sexualidades	Gênero, sexualidade, violência intrafamiliar, diversidade étnico-racial, violência sexual	2020-2022
Prof. Dr. Rafael da Silva Noleto	Vandeildes Almeida de Jesus, Éven Bandeira Gonçalves, Caoline Soares Silva, Luciana Conceição da Silva, Maysa de Souza Rodrigues Ferreira	Gênero, raça, etnicidade e sexualidade em contextos amazônicos	Gênero, sexualidade, raça, etnicidade	2017-2019

Fonte: Elaborado pelos autores

17 Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/CbYxcVcCTZaiao7G7H9zIQ> Acesso em: 24 mar. 2022.

O curso contava, até o mês de fevereiro de 2022, com duas monografias defendidas sob o tema das relações étnico-raciais, ambas sob orientação do professor João Batista de Jesus Felix¹⁸. As monografias versam, conforme o quadro abaixo, sobre duas questões distintas.

Quadro 5 - Monografias defendidas

Autor	Orientador	Título	Palavras-chave	Ano de defesa
Elvo Araújo de Sousa	Prof. Dr. João Batista de Jesus Felix	Sabotage, música e cinema: a arte que nasce diante do caos social	Rap; Cinema; Sabotage	2020
Eudivan da Silva Santos	Prof. Dr. João Batista de Jesus Felix	Relações raciais no ambiente escolar: um estudo de caso autobiográfico em uma escola no norte do Tocantins	Relações Raciais; Ambiente Escolar; Racismo; PIBID	2020

Fonte: Elaborado pelos autores

Neste tópico importa ressaltar que o curso conta com outras pesquisas sobre o tema, no entanto, estas ainda não se encontram disponíveis no repositório institucional da universidade. Destaco ainda que há caso em que mesmo após a defesa o discente prolonga o prazo para depósito da versão final. Considerando os dados levantados a partir do repositório, merece destaque a contribuição ao tema realizada a partir das orientações do Prof. João Batista Felix. O debate étnico-racial chegou às universidades brasileiras, majoritariamente, por meio dos projetos e ações de extensão. O curso de Licenciatura em Ciências Sociais da UFNT não foge a esta regra. Conforme já mencionado, o Neaf desempenha desde a sua criação um papel fundamental no planejamento e desenvolvimento das ações e projetos de extensão relacionados ao debate étnico-racial no âmbito do curso e do CHS.

Somado ao Neaf, no período de 2014 a 2016 o programa de extensão Centro de Referência em Cidadania e Direitos Humanos desenvolveu ações voltadas à educação para as relações étnico-raciais e a promoção da igualdade racial. As linhas de ação estiveram sob minha coordenação. O Centro de Referência em Cidadania e Direitos Humanos surgiu em 2013, como projeto de extensão realizado pela Profa. Dra. Liza Brasílio, sendo, no ano de 2014, submetido ao PROEX nº 012/2014, do Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria de Educação Superior a proposta de criação do *Centro de Referência em Cidadania e Direitos Humanos (CRCDH)*, que contava desde o princípio com um leque bastante amplo de parcerias.

Em sua primeira fase, o projeto abrigou um grupo de estudos composto por estudantes e

¹⁸ O número de monografias sobre o tema é superior às duas indicadas por este capítulo, no entanto, foram adotados como parâmetro para este levantamento os documentos disponíveis no diretório de pesquisas da UFT. É possível que os demais alunos não tenham concluído todas as etapas obrigatórias exigidas pelo diretório.

professores universitários, e realizou palestras, rodas de conversa e uma formação específica sobre a Lei Maria da Penha para agentes públicos e a comunidade local no município supracitado. A proposta de expansão do projeto ocorreu a partir do ano de 2014, com a aprovação em um edital lançado pelo Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Educação Superior desta pasta. Naquele ano, outras linhas de ação e outros docentes somaram-se àquelas já desenvolvidas pela docente/coordenadora. Foram incorporadas às linhas *relações étnicas e raciais, promoção da igualdade racial e educação para as relações étnico-raciais*, sucessivamente coordenadas pelos docentes André Demarchi, Odilon Rodrigues e eu, Karina Almeida de Sousa.

As linhas de ação “Promoção da Equidade Racial” e “Educação para as Relações Étnico-Raciais” se justificaram no projeto e se consolidaram em um estado como o Tocantins que figura entre aqueles com maior presença da população negra no país: são aproximadamente 75% de seus habitantes autodeclarados pretos ou pardos, segundo o último censo nacional. Esse dado, por si, já nos indicava a urgência de ações voltadas ao combate à discriminação racial, já que o Tocantins também figura entre os estados com maiores índices de desigualdades e vulnerabilidade social.

Em parceria com escolas da região e com o PIBID do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, a linha realizou atividades de formação, palestras, rodas de conversa e seminários voltadas para a construção de uma educação antirracista e para a valorização e afirmação da história, cultura e conhecimentos advindos das negras e negros.

O exercício de sistematização das ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas por docentes vinculados ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais desde sua implementação, há 15 anos, além de apresentar um panorama quantitativo das atividades realizadas no âmbito do curso e do CHS, indica o comprometimento político e profissional de docentes com a promoção da equidade racial e da educação para as relações étnico-raciais.

A reescrita e ressignificação da história, em curso, dependem da “quilombagem acadêmica-cultural e política de milhares de jovens que adentraram o sistema universitário por meio de lutas sociais negras” (Silvério; Cosentino, 2021). Nesse sentido, concluo que o curso de Ciências Sociais, apesar dos percalços e desafios enfrentados pela fragilidade principalmente quanto à infraestrutura e ausência de fontes de financiamento, tem contado com ações sistemáticas do corpo docente voltadas à equidade racial e ao combate à discriminação racial. Espera-se que ações como essas tornem-se parte do compromisso social da UFNT, independentemente das atividades promovidas por um grupo específico de docentes.

Referências

BRASIL. *Caderno Territorial 022 Bico do Papagaio*. 2015

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*:seção 1, Brasília, DF, p. 27833, 23 dez. 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira” e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, p.1.10 jan. 2003.

BRASIL. *Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012*. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 003, de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*: seção 1, Brasília, DF, p.11. 19 maio 2004.

GOMES, Nilma Lino. *O Movimento Negro Educador. Saberes construídos nas lutas por emancipação*. Petrópolis: Vozes, 2017.

LOPES, Rita de Cássia Domingues. *Identidade e Territorialidade na Comunidade Remanescente de Quilombo Ilha de São Vicente- Palmas*: EDUFT, 2020.

NEXO JORNAL. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2020/11/10/acoes-de-combate-ao-racismo-na-educacao-no-brasil> em: 24 de maio 2022.

PEREIRA, Fabíola Andrade; PINHO, Maria José; PINHO, Edna Maria Cruz. *A década da educação e as políticas de formação de professores: um convite à reflexão*. Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23. n.1. p. 104-115, jan-jul. 2014.

PINHO, Maria José. *Políticas Educacionais de Formação de Professores no Estado do Tocantins: intenção e realidade*. 2004. 194f. Tese (Doutorado em Educação e Currículo). – PUC, São Paulo.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. *Movimento Negro no cenário brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990*. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de São Carlos, 2005.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; CARDOSO, Ivanilda Amado; SILVA, Andrea Rosalina. *Ações afirmativas e formação de professores: diálogos e perspectivas a partir do NEAB/UFSCar*. Roteiro, Joaçaba, v.44, n.2, p.1-24, maio/ago. 2019.

SILVERIO, Valter; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília, DF: INEP, 2003.

SOUSA, Karina Almeida. *Clubes sociais negros e a agência educadora negra no século XX*. Escritas: Revista do curso de história de Araguaína, v. 13, p. 116-136, 2022.

SOUSA, Karina Almeida. *Unir para festear, unir para lutar: os clubes sociais negros e o patrimônio material do Grêmio Recreativo e Familiar Flor de Maio*. Trabalho de conclusão do curso de Especialização em Educação e Patrimônio Cultural e Artístico do Programa de Pós-graduação em Artes do Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Orientador Prof. Dr. Clóvis de Carvalho Brito. São Carlos, 2018.

SOUSA, Karina Almeida. DEMARCHI, André; BRASILIO, Liza; MORAES, Odilon. (org.). *Direitos Humanos e Diversidades*. 1.ed. Palmas: EDUFT, 2018.

TOMAS, Maria Carolina; SILVEIRA, Leonardo Souza. *Expansão do ensino superior no Brasil: diversificação institucional e do corpo docente*. Revista Brasileira de Sociologia, v.9, n.23, p.149-177, set-dez, 2021.

UFT. *Resolução n. 24, de 16 de dezembro de 2014.* 2014- Dispõe sobre o projeto político pedagógico (PPP) do curso de bacharelado em Ciências Sociais (campus Porto Nacional), 2016.

UFT. *Resolução n. 24, de 27 de abril de 2016.* 2014- Dispõe sobre o projeto político pedagógico (PPP) do curso de licenciatura em Ciências Sociais (campus Tocantinópolis), 2016.

UNITINS. <https://www.unitins.br/nPortal/portal/noticias/detalhes/5897-2024-2-21-unitins-chega-aos-34-anos-com-uma-historia-repleta-de-conquistas> acesso em 06 de março de 2025.

UFNT. <https://ufnt.edu.br/2024/07/11/ufnt-completa-5-anos-de-sua-criacao/> acesso em 06 de março de 2025.

UFT. <https://sip2.uft.edu.br/index.php/historia-araguaina/historico#:~:text=Em%2021%20de%20fevereiro%20de,da%20Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%20045%2F90>. Acesso em 06 de março de 2025.

VIEIRA, Paulo Alberto dos Santos. *Cotas para negros em universidades brasileiras: significados contemporâneos da política de ação afirmativa.* Tese. (Doutorado- Programa de Pós-graduação em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

Recebido em 08 de março de 2025

Aprovado em 03 de abril de 2025

Publicado em 08 de abril de 2025